



ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da Sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! *"Ata da Oitava Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Sete da Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 43/2026, do Ministério Público Federal; Ofício nº 0150/2026 (eletrônico), da Caixa Econômica Federal; e-mail, da Coordenadoria Estadual da Mulher — Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 259/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 52.585, 52.588, 52.591, 53.034, 53.046, 53.123, 54.510, 54.513, 54.516, 54.519, 54.522, 54.525, 54.528, 54.964, 54.967, 54.987, 54.970, 54.973, 54.976 e 54.990/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Neno Razuk, Gleice Jane, Zé Teixeira, Marcio Fernandes e Paulo Duarte. GRANDE EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Gleice Jane e Lidio Lopes. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 147/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 180/2025, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor coronel Frederico Reis Pouso Salas, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, bem como aos sete militares do corpo de bombeiros responsáveis pela operação da escada Magirus, ferramenta essencial para operações de resgate e combate a incêndios em grandes alturas no estado. A homenagem também se deve ao excelente atendimento prestado pela corporação, que figura como o quarto colocado no país em número de ocorrência atendidas, demonstrando a credibilidade da corporação para com a população de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Pedro Kemp e Gerson Claro, endereçada à CNBB pela importância do tema escolhido para a Campanha da Fraternidade 2026 — Fraternidade e Moradia, propondo reflexão sobre a moradia como direito*



*fundamental, iluminada pela fé e pela solidariedade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Escola Estadual Maria de Lourdes Toledo Areias, em nome de sua diretora, a professora Adriana Bellei, pela certificação através do Selo ODS Educação 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao engenheiro civil Jary de Carvalho e Castro, pelos relevantes serviços prestados no exercício da vice-presidência da Santa Casa de Campo Grande, no triênio 2023, 2024 e 2025; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando a disponibilização do Plenário Júlio Maia para a realização de audiência pública, no dia 11 de março de 2026, com o tema: Fraternidade e Moradia; requerimento de informações, de autoria do deputado Pedro Kemp; indicações, de autoria dos deputados Jamilson Name, Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Caravina e Junior Mochi. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa, porque vou atender a uma agenda externa.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa! Bom dia, nobres deputados e deputadas! Eu tenho aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, com fundamento no artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos policiais militares da 5ª Companhia Independente de Polícia Militar abaixo nominados, pelo profissionalismo e altruísmo demonstrados durante atendimento de uma ocorrência no dia 29 de janeiro do corrente ano, nas imediações do bairro Vila Romana, na região oeste de Campo Grande. A equipe era composta pelos seguintes Policiais Militares: subtenente PM Juliano Ximenes Ribeiro; primeiro-sargento PM Wagner Pinheiro da Silva; soldado PM Germano Quinhones de Assis; e soldado PM Nathalia Yasmine Tolentino Vilela. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada estadual Mara Caseiro, manifesta, por intermédio desta moção de congratulação, seu reconhecimento e apreço à competente equipe da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, em especial aos policiais militares abaixo nominados, pelo profissionalismo, elevado espírito de abnegação e altruísmo demonstrados após atendimento de uma ocorrência de violência doméstica ocorrida no dia 29 de janeiro do corrente ano, nas



imediações do bairro Vila Romana, na região oeste de Campo Grande, que culminou na detenção de um homem por maus-tratos e no acolhimento de quatro menores em situação de vulnerabilidade. Na ocasião, a equipe policial agiu com precisão ao intervir em situação inicialmente reportada como possível caso de violência doméstica, mas que se revelou como um dos casos de maus-tratos e agressões recorrentes aos filhos menores sob a guarda do pai, um homem de trinta anos, dependente químico, violento e agressivo. No imóvel, os policiais militares encontraram — aqui constam quatro crianças —, mas eu conversei com o subtenente Juliano, e ele disse que eram sete menores, com idades de três, sete, dez e treze anos, vivendo em condições insalubres, como acúmulo de sujeira nos cômodos da residência, presença de animais dentro do imóvel, ausência de alimentos e falta de cuidados com a higiene pessoal. Aos policiais militares, as crianças relataram, de forma semelhante, que eram vítimas de maus-tratos e de agressões constantes; o menor de dez anos apresentava lesões aparentes pelo corpo. Com a ação da Polícia Militar, as crianças foram colocadas sob a custódia da mãe. Em ato de altruísmo e comovidos com a situação de vulnerabilidade da família, os policiais militares, após o atendimento da ocorrência, decidiram ir além do procedimento padrão e retornaram para prestar apoio à família e fornecer alimentação básica aos menores. A conduta dos policiais militares demonstra não apenas o preparo técnico da corporação, mas, sobretudo, o compromisso com a população sul-mato-grossense, em prol do bem comum a todos, que é a vida. Diante do exposto, esta Assembleia Legislativa, por intermédio desta deputada, presta justa homenagem e reconhecimento público aos policiais militares Juliano, Pinheiro, Germano e Yasmine. Que esta congratulação seja registrada nos anais desta augusta Casa de Leis e encaminhada ao Comando-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, como forma de reconhecimento ao seu serviço público prestado com excelência. Eu quero, mais uma vez, parabenizá-los pelo trabalho, pelo compromisso com a cidadania e com o bem-estar das crianças e das mulheres. Quando fiquei sabendo, quando vi a notícia, fiz questão de ligar para o Juliano e me inteirar do assunto. Por isso, hoje fazemos esta moção de congratulação — e que sirva de exemplo para as demais polícias, para toda a estrutura de segurança —, para que todos trabalhem com amor, com carinho, para que possamos defender as crianças, os adolescentes e as mulheres de qualquer tipo de violência. Parabéns a vocês! Senhor presidente, eu tenho também outras duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel, e ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando a designação de efetivo para guarnecer o município de Inocência. Esse pedido foi formulado pelo vereador Gerson Mariano de Queiroz, da nossa querida Inocência. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira; e ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando a reforma do prédio do 3º Pelotão do 14º Batalhão da Polícia Militar, localizado no Município de Jateí. Esta reivindicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Suzi Manfré e Robinho, da nossa querida Jateí. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, público aqui presente, imprensa e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems, bom dia! Eu venho apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a doação de dois veículos, que já foram ou que venham a ser substituídos, para a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e Políticas Integradas (Semcai), de Coxim. O presente pedido foi encaminhado ao meu gabinete pela vereadora Lucia da AVC. Ofício nº 010/26. Documentação anexa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Fundação Nacional de Saúde, senhor Alexandre Ribeiro Mota, e ao superintendente estadual da Fundação Nacional de Saúde, senhor Mário Rosa da Silva, solicitando: 1 - perfuração de um poço artesiano no Residencial Acauã — Patrimônio do Descanso no município de Coxim; 2 - perfuração de um poço semiartesiano, bem como a instalação de caixa d'água com capacidade para 15 mil litros, no residencial Aracuã, localizado na região da barranqueira, no município de Coxim. A presente indicação também foi apresentada pela vereadora Lucia da AVC. Documentação anexa. Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu quero informar à Mesa que vou me retirar da Sessão para cumprir uma agenda com o diretor-presidente da Energisa e com a comitiva da Cooperoeste, de São Gabriel do Oeste.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registrado. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Fernando Luiz do Nascimento, diretor-presidente da Agraer, solicitando a aquisição de pulverizadores e maquinários para o Assentamento 7 de Setembro, localizado no município de Terenos. A proposta visa atender à solicitação encaminhada ao meu gabinete pelo senhor Aroldo. O assentamento é composto por produtores da agricultura familiar, que desenvolvem as atividades: cultivo de hortaliças, mandioca, milho e feijão e também a criação de pequenos animais, contribuindo significativamente para o abastecimento local e regional. No entanto, enfrentam dificuldades por falta de equipamentos de preparo do solo, manejo de pragas e doenças e manutenção das lavouras. A aquisição dos mencionados produtos proporcionará aumento na produtividade e redução de perdas causadas por pragas e doenças, trazendo melhoria para o setor produtivo, otimização do trabalho, reduzindo o trabalho manual. O fortalecimento da

agricultura familiar com o acesso a esses equipamentos será possível ampliar a produção, garantir segurança alimentar e promover melhores condições de trabalho aos agricultores. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, e ao senhor Sandro Benites, diretor-presidente da Fundação Municipal de Esportes, solicitando a destinação de recursos para a construção de uma quadra de grama sintética, com alambrado, no espaço público localizado entre a rua do Campo e a rua Diadema, no bairro Taquarussu. Essa proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete pelo senhor Renan Ferreira. A construção dessa quadra representará um investimento significativo na qualidade de vida da população local. O esporte é uma ferramenta fundamental de inclusão social, promoção da saúde e fortalecimento dos vínculos comunitários. Um espaço adequado e estruturado incentivará crianças, adolescentes, jovens e adultos à prática de atividades físicas, contribuindo para a prevenção de doenças e a redução do sedentarismo, a melhoria do bem-estar físico e mental. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Paulo Corrêa, nobres pares e todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Senhor presidente, eu quero apresentar um requerimento e depois mais duas indicações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à delegada titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, senhora Anne Carina Sanches Trevisan Duarte, solicitando o encaminhamento de informações e de dados estatísticos oficiais referentes a denúncias e boletins de ocorrência relacionados a crimes de assédio e abuso praticados contra crianças e adolescentes registrados no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul nos últimos cinco anos. "Requeremos, especificamente, as seguintes informações: 1 - Quantitativo total de denúncias e boletins de ocorrência registrados no período. 2 - Distribuição dos casos por faixa, etnia e sexo das vítimas. 3 - Indicação do vínculo ou grau de proximidade entre a vítima e o autor, quando houver registro desta informação. 4 - Identificação do local de ocorrência em destaque para os casos registrados no ambiente escolar, discriminando, quando possível, entre rede pública e privada. 5 - Dados comparativos anuais que permitam aferir eventual crescimento ou redução dos registros. 6 - Outros dados estatísticos que esta especializada entenda pertinente ao adequado diagnóstico da situação, resguardado o sigilo legal e a identidade das vítimas." O presente requerimento tem a finalidade de obter dados estatísticos sociais atualizados e consolidados acerca das denúncias e boletins de ocorrência relacionados ao assédio e abusos praticados contra crianças e adolescentes no Estado de Mato Grosso do Sul. Ontem, eu falei nesta tribuna de manhã e à tarde, recebi a informação de que o desembargador reviu, voltou atrás e determinou a prisão daquele cidadão, daquele meliante, um bandido, na verdade, e graças a Deus as coisas estão acontecendo. E, com a nossa fala aqui na tribuna, começaram a aparecer indicações de

problemas aqui em Mato Grosso do Sul. Nós não estamos preocupados com o problema de Minas Gerais, estamos preocupados com as crianças de Mato Grosso do Sul e do Brasil, de modo geral. Eu faço parte da Fenacria, que é a Fecriança hoje, em defesa das crianças e dos adolescentes. E nós estamos agora recebendo os encaminhamentos daquele estado, indicações de problemas; e por isso estamos fazendo esse requerimento. Semana que vem, vamos ao interior do estado para checar alguns problemas que chegaram ao nosso conhecimento, ao nosso gabinete. Nós levantamos esta bandeira desde que chegamos a este Parlamento. Estaremos sempre em defesa das crianças e dos adolescentes. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, com fundamento no disposto no artigo 176 do Regimento Interno desta Casa, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara; e ao senhor diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a implantação de uma rotatória na entrada do assentamento Floresta Branca, localizado às margens da rodovia estadual MS-295, nas proximidades do KM 73, no município de Eldorado. A presente proposição tem por finalidade reiterar pedido anteriormente encaminhado a este Poder, reforçando a necessidade de adoção de medidas concretas por parte do Executivo estadual, ressaltando-se que essa solicitação atende a vereadora Alcimara Lima Melges, que trouxe novamente a reivindicação da comunidade ao conhecimento deste parlamentar, diante da permanente situação de risco no local. O referido acesso é caracterizado por intenso fluxo de veículos, inclusive de transporte agrícola e escolar, o que acentua a necessidade de uma intervenção técnica que garanta a fluidez do tráfego e a integridade física dos usuários da via. Justificativa anexa. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Mato Grosso do Sul, Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco, recomposição de pavimento e nivelamento asfáltico na rotatória localizada entre a BR-163 e a saída para Aquidauana, em todo o trecho que compreende o anel viário de Campo Grande. A presente indicação visa atender à demanda recorrente de motoristas, moradores da região e usuários da malha rodoviária federal que trafegam diariamente na BR-163, especialmente no trecho do anel viário de Campo Grande, que dá acesso aos municípios de Rochedo e Aquidauana. A referida rotatória constitui ponto estratégico de entroncamento rodoviário, integrando o fluxo urbano ao tráfego intermunicipal e interestadual, com circulação intensa de veículos leves, transporte coletivo, motocicletas e, sobretudo, de veículos de carga que utilizam a BR-163 como corredor logístico fundamental para o escoamento da produção sul-mato-grossense. Inclusive, no domingo, eu estava vindo de Rochedo para acessar a BR-163, e, próximo à rodovia, havia quatro veículos parados, todos com os pneus estourados, porque as duas pistas estavam com vários buracos, muito próximos uns dos outros. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu venho apresentar um requerimento de informações. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Imasul, André Borges Barros de Araújo, perguntado: "Quantas autorizações de supressão vegetal foram concedidas pelo Imasul na região da Serra da Bodoquena entre os anos de 2014 e 2025, discriminadas por município e com indicação da área total autorizada. Se, nos processos de autorização mencionados, houve vistoria técnica presencial prévia ou se foram utilizados exclusivamente levantamentos remotos, por imagem de satélite, especificando os critérios técnicos adotados. Quais foram os fundamentos legais e normativos utilizados para eventual dispensa de licenciamento ambiental em áreas destinadas à agricultura ou pecuária na região. Se foram exigidos estudos de impacto ambiental ou outros estudos técnicos nas autorizações concedidas, especialmente em áreas próximas a nascentes, cursos d'água, cristalinos e unidades de conservação. Quais medidas de monitoramento da qualidade da água, controle de assoreamento e recuperação de áreas degradadas estão atualmente em execução na região. E se existe um plano específico de proteção das bacias hidrográficas da Serra da Bodoquena, considerando os impactos cumulativos da expansão agrícola verificada nos últimos anos." Depois, no Grande Expediente, eu vou falar um pouco mais sobre os motivos que nos levaram a apresentar este requerimento de informações. Por último, uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Ferreira Miranda, secretário de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, com cópia ao senhor Carlos Eduardo Leite Rodrigues dos Santos, superintendente de Políticas Integradas de Proteção da Vida Animal, solicitando adoção de medidas para a ampliação da Caravana da Castração no município de Coxim, considerando a grande procura pelo programa e a insuficiência de vagas para atender à demanda registrada. Essa demanda foi encaminhada pelo vereador do PT Abílio Vanelli, que relatou o expressivo número de cadastros realizados na última edição da caravana, ultrapassando a quantidade de vagas disponibilizadas e deixando muitos tutores na lista de espera. Tal cenário evidencia a necessidade de ampliação do programa, seja por meio do aumento do número de vagas, da realização de novas etapas ao longo do ano, seja por meio da destinação de maiores recursos para atender a população. A castração é medida fundamental para o controle populacional de cães e gatos nos municípios. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 0288/2026, 00289/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 0292/2026); duas moções de pesar (Prot. nºs 00293/2026, 00290/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: uma moção de protesto (Prot. nº 00277/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 00303/2026, 00302/2026, 00286/2026); um requerimento (Prot. nº 00301/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00285/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00302/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 0281/2026, 00278/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 0282/2026); De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00291/2026); um projeto de lei (Prot.

nº 00295/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de lei (Prot. nº 0309/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 0307/2026, 00305/2026); um requerimento (Prot. nº 00306/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: cinco indicações (Prot. nºs 0296/2026, 00300/2026, 00299/2026, 00297/2026, 00304/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00298/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00308/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 00279/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00280/2026); um projeto de resolução (Prot. nº 00283/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 00294/2026). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 00284/2026). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidentes e senhores deputados [falha no som]... Eu sei que o governador Riedel é absolutamente simpático. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu vou entrar em contato nesse minuto com o secretário, enquanto o deputado Pedro Kemp vai falando na tribuna.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu trago um assunto aqui muito importante para o Mato Grosso do Sul e para o nosso país que é a questão da preservação ambiental, já que este estado tem regiões que são consideradas santuários ecológicos. Se nós não cuidarmos dos nossos recursos hídricos, das nossas matas nativas e das nossas áreas de proteção ambiental, quem o fará? Se a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado não fiscalizarem, através dos órgãos responsáveis, quem vai cuidar desse patrimônio, que hoje é nosso e que amanhã deveremos transferir, preservado, às futuras gerações? O Ministério Público ajuizou uma ação civil pública contra o Estado de Mato Grosso do Sul e o Instituto de Meio Ambiente, para que tomem atitudes necessárias a fim de conter o turvamento dos rios e assegurar a preservação ecológica da Serra da Bodoquena. A Serra da Bodoquena é um santuário ecológico, e o que está acontecendo lá é preocupante. Depois de chuvas torrenciais, que acontecem nesta época do ano, principalmente, o turvamento dos rios fica evidente na região. E a gente se pergunta: por que acontece isso? A explicação está aqui nesta denúncia, em que inclusive o Ministério Público vem atuando e já ajuizou esta ação civil pública contra o Imasul, que deveria fazer uma fiscalização mais incisiva e responsável na região da Serra da Bodoquena. A região é considerada um dos principais patrimônios naturais e turísticos do nosso estado. E, entre 2014 e 2022, foram autorizados, sem fiscalização adequada, sem fiscalização *in loco*, presencial — mais de 48.500 hectares de desmatamento na região. O Ministério Público identificou a emissão de centenas de autorizações para supressão vegetal e corte de árvores nativas nas chamadas bacias turísticas da Serra da Bodoquena, que abrangem os municípios de Bonito, Bodoquena, Miranda e Porto Murtinho. Vejam só: esses municípios atraem turistas do Brasil todo; têm

recursos naturais belíssimos; são municípios de turismo ecológico, que ainda possuem áreas preservadas. E o Imasul tem autorizado centenas de licenças para supressão vegetal, para desmatamento de árvores nativas. Segundo o Ministério Público, os desmatamentos somam milhares de hectares e teriam sido autorizados sem análise prévia dos impactos dessas atividades, análise que deveria ser exigida pelo Imasul. Os técnicos, os fiscais do Imasul não vão até o local para fiscalizar e verificar se tais autorizações devem ser concedidas ou não. O Ministério Público sustenta que o Imasul passou a dispensar, de forma ilegal, o licenciamento ambiental para o plantio de monoculturas na região, o que, inclusive, viola a Política Nacional de Meio Ambiente, já que se trata de uma atividade potencialmente poluidora. Então, vejam só: o Imasul está autorizando licenças ambientais — ou melhor, dispensando licenças ambientais — para atividades de monocultura na região. E nós sabemos, eu já denunciei aqui nesta tribuna o avanço do plantio de soja lá em Bonito, por exemplo. Desmatamentos, supressão de árvores nativas, de vegetação nativa, isso tudo para o plantio de soja. E é uma monocultura altamente poluidora, porque aplica agrotóxicos que vão parar nos rios, nas águas cristalinas que banham o município de Bonito, o município de Bodoquena, chegando até o município de Miranda. Então, vejam: dispensar licenças ambientais é uma grande irresponsabilidade. Está certo o Ministério Público em acionar na Justiça o órgão e o Governo do Estado, para que eles revejam esse comportamento, essa postura de dispensar licenciamento ambiental da forma como vêm fazendo. Fico pensando se isso acontece porque esse Governo é vinculado ao agronegócio, se é porque ele tem muito compromisso com o agronegócio, enfim. E a questão ambiental fica em segundo plano. Dispensar licenciamento, autorizar desmatamentos numa região tão sensível como a Serra da Bodoquena, e ainda impactar esses rios... Como eu disse aqui, vez ou outra a gente vê imagens de águas turvas em rios que antes tinham águas cristalinas. Querem acabar com o ecoturismo. Querem acabar com as nossas riquezas naturais. Então, eu acho que é uma grande irresponsabilidade do Imasul dispensar licenciamento para monoculturas e autorizar supressão vegetal naquela região. O Ministério Público, portanto, está denunciando que, nos últimos anos, foi autorizado o desmatamento de 48 mil hectares. Isso ameaça as águas cristalinas de toda aquela região. Como eu disse no início: ou nós cuidamos dos nossos recursos naturais, dos nossos santuários ecológicos, ou, daqui a algum tempo, não teremos mais essas belezas e essas riquezas para transferir às futuras gerações. Então, senhor presidente, eu estou apresentando um requerimento de informações e vou aguardar a resposta aqui do Imasul. Depois eu quero prestar contas aqui nesta tribuna sobre as providências tomadas por esse órgão para acabar com essa leniência — ou até com essa conivência — com as agressões que estão acontecendo contra o meio ambiente na região da Serra da Bodoquena. Eu penso que esta Casa fez um bellissimo trabalho ao votar a Lei do Pantanal. Foi um grande avanço: aprovamos aqui uma lei para proteger também esse bioma sensível que é o Pantanal. Agora, passado aquele momento — que, aliás, só aconteceu por pressão, por pressão inclusive do Ministério do Meio Ambiente, da ministra Marina Silva, e do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que ameaçou baixar uma resolução justamente para proteger o Pantanal, já que o Estado de Mato Grosso do Sul não estava fazendo isso —, depois dessa pressão e da vinda da ministra Marina Silva ao nosso estado, o Governo tomou providências e encaminhou a esta Casa um projeto. E nós aqui fizemos audiências públicas com produtores, com

ambientalistas, com todos aqueles preocupados com o Pantanal, e aprovamos uma lei que significou um grande avanço do ponto de vista do arcabouço jurídico para a proteção do meio ambiente aqui no estado. Agora, a gente não pode admitir que o Imasul faça esse tipo de coisa: dispensar licenciamento ambiental e autorizar desmatamentos, principalmente em regiões tão sensíveis como a Serra da Bodoquena, nos municípios de Bonito, Miranda, Porto Murtinho e Bodoquena. Então, senhor presidente, eu faço essa denúncia hoje aqui. Esse Governo é do agro, tem compromisso com o agro, todos sabemos disso. Temos que estar vigilantes, porque a tendência, muitas vezes, de quem é ligado ao agronegócio é querer a leniência dos órgãos de meio ambiente para poder avançar no desmatamento e nas monoculturas, justamente para fazer o plantio de soja, por exemplo, e de outras monoculturas. Então, é preciso colocar freios nisso. Existem áreas disponíveis — em excesso até — para o plantio de monoculturas, portanto não são necessárias mais autorizações para desmatamento de florestas nativas e de áreas que deveriam ser de proteção ambiental. Fica aqui a nossa denúncia. E vamos aguardar a resposta do Imasul ao requerimento de informações que apresentamos hoje aqui, para darmos uma satisfação à sociedade, principalmente às organizações de proteção do meio ambiente aqui do nosso estado. Era o que eu tinha. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA...**

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero pedir a compreensão de Vossa Excelência, porque há pouco vim falar do lançamento de um programa, e devido a um problema no microfone, fiquei prejudicado. Portanto, quero registrar que, na próxima segunda-feira, às 9 horas da manhã, no instituto da nova faculdade do professor Pedro Chaves, que é parceiro do projeto, nós lançaremos um programa de agroindustrialização para a agricultura familiar. No primeiro momento há aproximadamente trinta e cinco projetos na área do processamento da mandioca, da fruta, do mel, do leite e da panificação. Agregar valor é significativo para melhorar a vida dos assentados. E mais 5 milhões de reais no programa de poço artesiano com placas solares para poder atender a essa nova demanda. Portanto, o selo da agricultura familiar é fundamental. Quero registrar aqui o pedido que fiz a Vossa Excelência, para que solicite ao secretário Jaime Verruck informações acerca da regulamentação. Nós passamos aproximadamente dois anos negociando — Vossa Excelência tem um papel importante na articulação —, negociando a lei moderna referente à certificação. E essa lei foi aprovada, já foi promulgada pelo governador, e precisa ser

regulamentada. A informação que eu tenho é que a lagro impede a regulamentação. Quero saber o que precisa ser feito para que a lei que cria o selo da agricultura familiar seja implantada, para que aqueles que produzem com tanto zelo, com tanto cuidado, não tenham, na cidade, seus produtos tomados por agentes da lagro, em função até da legislação, e para que não precisem mais passar por situações até vexatórias. O que vai resolver isso é a regulamentação da lei. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zeca do PT, só para não deixar sem resposta — até porque o respeito que tenho por você não é nem de amigo, é de irmão. Quero dizer a Vossa Excelência que entrei em contato. Ele não está na Secretaria neste momento; está numa reunião na Governadoria. Ele ficou de me retornar. Mas eu lhe passo uma posição do secretário Jaime Verruck, se possível hoje, porque Vossa Excelência tem essa audiência muito importante. E eu quero parabenizar Vossa Excelência, porque essa bandeira da agricultura familiar é sua, e nós respeitamos o seu trabalho. Por isso, vou me empenhar para que haja uma resposta positiva para o seu pleito. Obrigado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Apenas para informar que há vinte e dois deputados presentes. Há, portanto, quórum para a deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perdão, deputado. Há quórum para deliberação. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 146/2025. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, o 'Brasileirão de Laço Comprido' e o 'Encontro de Laço Comprido do CLC', a serem realizados anualmente no mês de junho, no Parque do Peão CLC, em Campo Grande, e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Esporte emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral 01 e à Emenda de Redação 02, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, presidente. Eu não estou conseguindo votar. Ocorreu um problema aqui. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Está registrado o seu voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registramos e agradecemos a presença do meu amigo Joãozinho, vereador de Maracaju; do Albená, meu companheiro de trinta anos, de Aparecida do Taboado; e do Ramão Valdir, meu especial



amigo, de Antônio João. Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

Projeto de Lei nº 146/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 173/2025. Autor: deputado Zé Teixeira. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Feira Literária de Mato Grosso do Sul (Felit-MS) e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 173/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quatorze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, dezesseis indicações e cinco moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 4. Moções de pesar. Apresentada pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Catarina Gonçalves da Silva Nascimento. Apresentada pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Antônio Lino Manoel dos Santos. Apresentada pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor Hermenegildo Vitória de Araújo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h29min).